



1

O escritor russo Liev Tolstói foi precursor do que se entende por anarquismo cristão. Não obstante, fez uma leitura libertária desta religião, aproximando-a de uma perspectiva anarquista. O objetivo desta apresentação é expor a relação entre homem, natureza e liberdade no pensamento de Tolstói a partir dos contos “Kholstomér” e “As três mortes”. Por fim, pretendo demonstrar os desdobramentos dessa relação na sua crítica à propriedade, à guerra e às relações de dominação entre os homens e entre homem e natureza.

No conto “As três mortes”, Tolstói contrapõe o desfecho da morte de três seres e suas respectivas cerimônias. A primeira morte é de uma senhora nobre, seguido de um enterro cercado de formalidades. Pouco antes de morrer, ela admite a seu marido a descrença na medicina ocidental, afirmando que, se tivessem optado por remédios naturais, rendendo-se aos saberes dos homens do campo, seu fim poderia ter sido diferente. A segunda morte é a de um cocheiro, um enterro simples que revela a solidariedade própria dos camponeses. Sua religião era a natureza com que viveu, e encarou a morte de modo simples. O sobrinho do cocheiro, ao perceber o estado grave de enfermidade de seu tio, pediu-lhe suas botas novas e justificou-se: uma vez morto, elas não teriam mais utilidades para ele; em contrapartida, ele necessitava de um calçado novo para enfrentar o inverno. O tio, por sua vez, concedeu o pedido com a condição de o sobrinho providenciar uma campa para seu túmulo. A terceira morte é a de uma árvore, cortada para se fazer uma cruz no túmulo do cocheiro, conforme foi prometido pelo seu sobrinho. A cena da morte da árvore é descrita em minúcias, como se toda a natureza percebesse e sentisse o acontecimento. As mortes estão todas interligadas pela estrutura da narrativa. Está em jogo neste conto o desprezo por pessoas que viviam um falso



2

cristianismo, exaltando a “verdadeira religião”, moldada a partir do ritmo da natureza.

“Kholstomér”, narra a história sob a perspectiva de um cavalo puro sangue, desprezado pelos humanos por ser malhado. O conto não só compara os cavalos aos homens, mas estabelece uma crítica incisiva à propriedade. Os cavalos, assim como alguns homens, sofriam para servir aos outros, e procuravam nisso certo prazer em sua vida. O ponto crucial da narrativa é quando o equino divaga sobre as ações dos homens e não compreende o desejo de posse. Não entendia o significado da palavra “meu”, pela qual se estabelecia o vínculo entre o cavalo e os chefes de estábulo. O pronome possessivo dirigido a ele, “meu cavalo”, era tão estranho como outras expressões do mesmo tipo, como “minha terra” ou “meus empregados”. Kholstomér percebe que os pronomes “minha” e “meu” determinavam a vida dos homens, e por meio delas os homens estabeleciam suas relações. Parecia-lhe que os que dissessem mais vezes a palavra “meu” para referirem-se a diversos objetos seria, na concepção dos homens, o mais feliz dentre todos. Entretanto, Kholstomér não conseguia ver vantagem imediata nisso, e passou a compreender o significado de “direito de propriedade”. Notou, a partir de então, que as pessoas que o montavam, assim como os que cuidavam dele, não eram as mesmas que o chamavam de “meu”, e isso se aplicava a tudo. Homens diziam “minhas terras”, mas não moravam nelas e, muitas vezes, sequer as conheciam. O termo de posse também se aplicava a outras pessoas, como empregados e esposas. Mas, pensava Kholstomér, todo ser vivo pertencia somente a Deus ou a si mesmo. O fato de as pessoas o imaginarem como propriedade de um chefe de estábulo o entristecia muito. O conto se encerra com a morte de Kholstomér e de um homem. Enquanto o primeiro vivera harmonicamente com a natureza,



3

nunca dominara ou humilhara outros seres, o homem, ao contrário, tivera uma vida de mentiras, e por vinte anos seu corpo, já mortificado, vagava pelo mundo, como um estorvo para os outros. Por isso, a morte do homem não passou de um trabalho a mais para as pessoas: vestiram-no, já em fase de decomposição, com botas e uniforme novos, postaram-no em um caixão ornamentado e, por fim, esconderam seu corpo junto com outros ossos humanos. De seu corpo não se aproveitou nada. Já a morte do cavalo teve consequências totalmente diferentes: seu corpo foi totalmente aproveitado pela natureza e pelo homem. De sua pele fizeram couro, sua carne alimentou outros animais como gralhas, falcões e lobos, e seus ossos foram transformados em objetos úteis.

A natureza para Tolstoi provém de Deus. A morte é naturalizada como o ciclo da vida e estabelece uma harmonia entre tudo o que é vivo. Essa harmonia que Tolstoi busca na relação com a natureza tem sua origem na interpretação libertária do cristianismo. O escritor russo pensou um cristianismo traduzido em práticas, incompatível com a sujeição à Igreja e ao Estado. Para ele, o cristianismo considerado “verdadeiro” anula toda forma de patriotismo, e como efeito se desdobra em desobediência civil. Essa mesma interpretação se opõe à ostentação e a superficialidade que constituíam as relações da nobreza russa, ao mesmo tempo em que afirma um modo de vida simples dispensando o supérfluo e buscando apenas o necessário para se viver, algo próximo do estoicismo.

Tolstoi passou a exercer algumas atividades antes desenvolvidas pelos seus criados, como arar o solo, acender o forno, e também trabalhou como sapateiro. Aderiu ao vegetarianismo e passou a usar roupas simples, como os camponeses. Renunciou à caça e evitava usar a estrada de ferro. Podemos



4

relacionar essa etapa da vida de Tolstói com o pensamento de Henry David Thoreau (1817-1862) que se proclamava a favor da natureza e opunha selvagem e civilização; natureza e cidade. Thoreau defendia o homem como parcela da natureza e não como membro da sociedade. Admirava os andarilhos, homens da floresta e sem leis. Para ele, todas as coisas boas eram selvagens e livres. Tolstói busca um retorno à natureza. Exaltava tudo o que era natural, primitivo e selvagem. Vislumbrava uma vida simples e humilde, tangida pelo desapego material. O ideal econômico de Tolstói era o comunismo agrário com base no cooperativismo, quando todos seriam igualmente donos da terra e dela obteriam os mesmos direitos.

Entre as diversas influências de Tolstói destaca-se a figura de Pierre-Joseph Proudhon, a quem conheceu pessoalmente durante o exílio do filósofo em Bruxelas. As formulações do anarquista francês contra a propriedade e o Estado mudaram o modo de pensar do escritor russo. Proudhon inicia *O que é a propriedade* estabelecendo uma relação entre escravatura e propriedade, afirma que a escravidão está para o assassinato, assim como a propriedade está para o roubo. Para Proudhon, propriedade deveria ser entendida em relação à personalidade, o que é próprio de uma pessoa, ou como característica elementar de um objeto, por exemplo, 'o cálculo é uma propriedade do osso'. Contudo, quando propriedade é relacionada à posse e ao domínio confunde-se necessariamente com o abuso e torna-se, segundo Proudhon, uma faculdade de exclusão e invasão, tendo sua origem na violência. Pela propriedade, a sociedade se devora: "A propriedade depois de ter despojado o trabalhador pela usura, assassina-o lentamente extenuando-o; ora, sem a espoliação e o assassinio a propriedade não é nada" (Proudhon, 1971: 159). Proudhon refuta o argumento de que a propriedade é um direito natural e afirma: "Assim, se



5

estamos associados pela liberdade, igualdade, segurança, não o estamos em relação à propriedade; assim, se a propriedade é um direito natural, esse direito não é social, mas anti-social” (Idem: 44). Por fim, para o anarquista francês, “a propriedade é incompatível com a igualdade política e civil” (Ibidem: 181), uma vez que o princípio de igualdade anula a propriedade. A crítica à propriedade em Tolstoi se desdobrará na negação do Estado, pois sua finalidade é defender e garantir a propriedade e a desigualdade.

A propriedade é hoje a raiz de todo o mal. Ela causa o sofrimento dos que a possuem e dos que não a possuem. O perigo dum conflito entre os que dispõem do supérfluo e os que vivem na pobreza é inevitável. Todo o mal começa com a propriedade. Enquanto o Estado defender este princípio, ele age, tão anticristã quanto anti-socialmente e — desde que a propriedade representa aos seus olhos uma falta em relação a outros — não só se torna cúmplice como é mesmo o principal culpado. Os Estados e os governos entram em guerra, ora para possuir as margens do Reno ou terras na África, ora na China e os Bálcãs; os banqueiros, os comerciantes, os fabricantes e os proprietários rurais não trabalham, não fazem projetos e não se atormentam, a si e aos outros, senão pelo desejo de possuir. Levados pelo mesmo desejo os empregados lutam, enganam, oprimem e sofrem. Nossos tribunais e nossa polícia sustentam a propriedade. Nossas colônias penitenciárias e prisões, todos os erros que chamamos



repressão do crime, somente existem para proteger a propriedade (Tolstoi, 1976: 17-18).

Um dos maiores sucessos literários de Tolstoi, *Guerra e Paz*, teve o título inspirado em uma obra de Proudhon. Para o anarquista francês, a guerra é essencial e inerente à condição de ser humano e se encontra, de diferentes formas, em qualquer momento na história das sociedades. Na maior parte das vezes, é utilizada como instrumento de instauração da organização social, do direito e da justiça (Rodrigues, 2008). Todas as guerras se apresentaram inicialmente como algo divino, consagradas pela religião. “A experiência intensa da guerra, entre o sublime e o terrível, tem a mesma natureza, para Proudhon, da experiência religiosa; e ambas nascem concomitantemente, moldando as sociedades humanas desde o início” (Idem: 180). Todas as religiões têm em sua origem alguma forma de derramamento de sangue. A guerra está presente na mitologia grega, no judaísmo, no islamismo e no cristianismo. De acordo com Thiago Rodrigues, para Proudhon, o direito divino se revela no direito humano que, por sua vez, é o princípio que nos governa ainda hoje. Outro ponto comum entre Tolstoi e Proudhon é o temor de uma revolução que se desdobrasse em nova tirania.

Tomado pela concepção da igualdade de todos perante Deus, todos sendo igualmente filhos de Deus, Tolstoi elabora sua crítica ao Estado e às relações sociais. Questiona como alguém pode trabalhar em um banco, tomando o dinheiro e encarecendo todos os produtos, por meio de taxas, prejudicando diretamente os outros. E como é possível consumir tranquilamente produtos como charuto e açúcar, sabendo que outras pessoas sacrificaram sua saúde no processo de produção. Ou ainda, como alguém pode,



7

sob o título de soldado, policial ou juiz, interrogar, prender, açoitar, bater, humilhar, julgar ou condenar outrem (Tolstoi, 1976). Liev Tolstoi questiona a cumplicidade dos cidadãos no sistema de opressão do Estado; para ele negar-se ao poder soberano implica também não assumir certos cargos ou empregos que contribuam com a perpetuação da ordem, como por exemplo, cargos ligados ao governo, tornar-se um membro do exército, bem como não estabelecer hierarquias em suas relações cotidianas. Para Tolstoi, um verdadeiro cristão não poderia, sob hipótese alguma, possuir empregados ou subalternos, isso iria contra a igualdade postulada pelo cristianismo.

Tomado pela noção de naturismo, Tolstoi vislumbrava uma relação orgânica com a natureza. Para ele, a felicidade está no contato, na vida próxima à natureza. Sua espiritualidade afasta-se dos dogmas e não dá margem à emergência do poder pastoral, na medida em que não se interessava em conduzir as pessoas e não se colocava no papel de pastor e dispensava qualquer tipo de condutor; ele acreditava na racionalidade do homem para interpretar e compreender as escrituras sagradas. Tolstoi procurava o Reino de Deus não fora, mas dentro de si.

Outro ponto importante para compreender Tolstoi é sua profunda admiração pela vida simples dos camponeses, aliada a um ideal de volta à natureza: almejava comunas livres, agrupações por meio de associações livres, onde predominava a ajuda mútua e a igualdade, de forma que todos usufruíssem, na mesma medida, do fruto do trabalho comum, aliado a um estilo de vida simples aproximando homem e natureza. Desse modo, na perspectiva tolstoiana, o homem voltaria à sua “essência”, que é, por natureza, boa. Por essa concepção de natureza boa do homem, muitos comentaristas,



8

como Paulo Bezerra (Tolstoi, 2003) e Boris Schnaiderman (1983), aproximam Tolstoi de Jean-Jacques Rousseau.

Povo e natureza representam para Tolstoi um duplo refúgio; o povo o faz sentir-se livre da presença dos seus pares nobres, a natureza, longe da realidade absurda, da mediocridade do mundo urbano (...) O binômio povo-natureza, marca fortíssima e muito recorrente em sua obra, traz ecos inequívocos da teoria de Rousseau. Como o homem natural de Rousseau, o campesinato em Tolstoi vive uma espécie de “estado natural” em que os indivíduos são puros, livres e iguais, daí a sua relação organicamente íntima com a natureza (Paulo Bezerra *in* Tolstoi, 2003: 09-10).

Entretanto, por mais que exista a crença em uma “essência boa” nos dois autores, juntamente com a recusa aos padrões culturais, o pensamento de Tolstoi segue em um vetor oposto ao de Rousseau, pois este idealiza a reformulação de um contrato social que culminará, necessariamente, na formação de um novo Estado, ao passo que Tolstoi idealiza a abolição do Estado. Não encontrei nenhuma citação ou referência a Rousseau nos escritos de Tolstoi, apesar de Boris Schnaiderman assegurar, sem revelar a fonte ou fazer qualquer indicação, que: “sua recusa da civilização e exaltação do primitivo têm íntima ligação com as teorias de Rousseau, citado frequentemente por ele com a maior admiração” (Schnaiderman, 1983: 80). Contudo, há algo de estranho nessa aproximação. Se é irrefutável a influência de Proudhon no anarquismo de Tolstoi, é igualmente impossível conciliá-lo com Rousseau. O



9

Contrato social de Rousseau é uma ficção jurista para justificar, ou melhor, para legitimar a autoridade e a necessidade de um Estado soberano, ao passo que o contrato para Proudhon só existe na condição sinalagmática e comutativa: trata-se de um pacto efetivo, um comum acordo entre duas ou mais partes sobre um objeto específico. Em outras palavras, no primeiro caso temos a preponderância de um princípio de autoridade, unilateral, já no segundo, o contrato é bilateral e não se trata de uma ficção ou delegação da soberania ou privação de liberdade de cada um. Uma vez que o contrato político é regulamentado, consentido e estabelece uma relação recíproca, Proudhon o denomina de “federação”.

Assim, a concepção de sociedade em Tolstói não pode ter nenhuma conexão com a de Rousseau, mas encontra sua base no mutualismo de Kropotkin (1842-1921) e no princípio federativo proudhoniano, isto é, no princípio de solidariedade e complementaridade na produção. Tolstói não conheceu pessoalmente Kropotkin, contudo, de acordo com Woodcock (1983), eles trocaram breves mensagens com a ajuda de Vladimir Cherkov, exilado na Inglaterra.¹ Apesar de sua admiração por Kropotkin, Tolstói não concebia sua argumentação em favor do uso da violência. Em uma dessas mensagens, Kropotkin escreveu: “Para entender o quanto eu simpatizo com as ideias de Tolstói, basta dizer que escrevi um volume inteiro para demonstrar que a vida é criada, não pela luta pela existência, mas pela ajuda mútua” (Kropotkin *apud* Woodcock, 1983: 198).

Tolstói reconhece a felicidade na aproximação do homem com a natureza. Nos contos “Kholstomér” e “As três mortes” evidencia-se a igualdade de todos diante da morte, e na medida em que homem e natureza são criações divinas, não há porque estabelecer relações de dominação. Mais do que uma

¹ Kropotkin vivia na Inglaterra e Cherkov era amigo de Tolstói. Woodcock é o único que faz referência a essa troca de correspondência, mas não cita a fonte original.



10

aproximação, Tolstoi alerta para o fato de o homem ser mais um elemento da natureza, não mais importante do que uma árvore ou um cavalo. O anarquista russo almejava um estilo de vida simples, de relações horizontalizadas entre homens e entre homem e natureza. Sua relação com a natureza não é somente uma tentativa de proximidade com Deus, mas também uma maneira de viabilizar a igualdade e de experimentar liberdade.

Bibliografia

- JOLL, James. *Anarquistas e anarquismo*. Tradução de Fernando Felgueiras. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1964.
- KROPOTIKN, Piotr. *A Anarquia: sua filosofia, seu ideal*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- Liev Tolstoi. *O Diabo e Outras Histórias*. Tradução de Beatriz Morabito, Beatriz Ricci, Maria Pinto, André Pinto Pacheco; São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- _____. *O reino de Deus está em vós*. Tradução de Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- _____. *Os últimos dias*. Elena Vássina (Org.). Tradução de Anastassia Bytsenko; Belkiss J. Rabello; Denise Regina de Sales; Graziela Schneider; Natalia Quintero. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- PASSETTI, Edson e RESENDE, Paulo-Edgar Almeida (Orgs.). *Proudhon*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. *O que é a propriedade?* Tradução de Marília Caeiro. Lisboa: Editorial Estampa, 1971.
- Proudhon, Pierre-Joseph. *Do princípio federativo*. Tradução de Francisco Trindade. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário, 2001.
- RODRIGUES, Thiago. *Guerra e política nas relações internacionais*. São Paulo: EDUC, 2010.
- THOREAU, Henry David. *Desobedecendo: a desobediência civil e outros ensaios*. Tradução de José Augusto Drummond. Rio de Janeiro, Rocco, 1984.
- WOODCOCK, George. *Anarquismo: uma história da ideias e movimentos libertários*. Tradução de Júlia Tettamanzy, Vol. I. Porto Alegre: L&PM, 1983.